



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639108 - SP (2021/0004764-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FABIO APARECIDO PEREIRA
ADVOGADO : FÁBIO APARECIDO PEREIRA - SP401617
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO RODRIGUES (PRESO)
CORRÉU : CLEONICE MOLINA AVELANEDA SANTANA
CORRÉU : JHONATAN WILLIAN RIBEIRO PEDROSO
CORRÉU : DOUGLAS VINICIUS DE OLIVEIRA
CORRÉU : NATANAEL PAULINO DA SILVA JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0003213-27.2018.8.26.0408).

O paciente foi condenado em primeiro grau "como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, à pena privativa de liberdade de 06 (SEIS) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO, inicialmente em regime fechado" (fl. 39).

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da demora para análise de seu recurso de apelação, que foi distribuído ao tribunal em 20/5/2019 e não tem perspectiva de julgamento.

Acresce ainda alegação de que "desde a sentença em 22/03/2019 não há qualquer análise da necessidade de permanência sob a custódia do Estado" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão para responder o processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente